

II. As Questões Teológicas

Há décadas, persiste o mito de que o desacordo principal entre Dom Lefebvre e os Nove repousava sobre o “sedevacantismo”. Contudo, esta questão particular não surgiu no início, e certamente não foi a causa da disputa. Alguns membros dos Nove eram sedevacantistas na época e outros não.

Por outro lado, havia seis problemas sérios que se combinaram para desencadear a crise na FSSPX.

E aparecendo indistintamente, semelhante a um abutre, estava o ameaçador padre Richard Williamson. O arcebispo o havia nomeado Vice-Reitor do seminário de Ridgefield e, mais ou menos, comissário teológico para a América, encarregado de rastrear qualquer desvio da nova linha do partido do Arcebispo.

O padre Williamson era perfeito para esse papel. Adulto convertido após o Vaticano II, seus únicos conhecimentos e experiências vinham de Dom Lefebvre e da FSSPX. Portanto, ele era totalmente alinhado com a linha do partido; seu principal ponto de referência para resolver qualquer problema era a opinião de Dom Lefebvre. Isso pode ser visto nos boletins e artigos que ele publicou durante a disputa que se seguiria.(27)

Minha primeira reunião com o padre Williamson após sua nomeação não prenunciava nada bom. Eu deveria encontrá-lo em nossa capela de Staten Island, onde ele celebrava a Missa imediatamente após sua chegada da Europa. Sua Missa foi tão escandalosa – realizada com um completo desdém pelas rubricas – que não consegui suportar assistir e esperei do lado de fora.(28)

A metodologia do padre Williamson no seminário era a do *agente provocador* clássico – declarações excessivas destinadas a provocar fortes reações de oposição de seminaristas que poderiam demonstrar lealdade a qualquer princípio além das opiniões sempre mutáveis do arcebispo.

Em algumas semanas, o Seminário de São Tomás de Aquino, que havia sido pacífico durante cinco anos sob o padre Sanborn, estava em plena tempestade. “Os conflitos são normais em um seminário”, assegurava o padre Williamson aos seminaristas. Não até sua chegada, senhor padre.

Em resposta a essa situação, na primavera de 1983, nós (Padres Kelly, Sanborn, Jenkins, Dolan e eu) começamos a redigir uma carta a Dom Lefebvre e à “Direção Geral” (Padre Franz Schmidberger e outros líderes da FSSPX) que deveria expor os problemas mais prementes. Quatro dos padres mais jovens – os padres Collins (ordenado em 1979), Berry (1980), Zapp (1982) e Skierka (1982) – tinham queixas semelhantes sobre a direção que a FSSPX estava tomando e participaram das discussões.

Em 25 de março de 1983, concordamos com a versão final da carta, a assinamos em Oyster Bay Cove, NY, e a enviamos. O texto completo da carta está disponível em www.traditionalmass.org sob o título “*Carta dos ‘Nove’ ao Arcebispo Lefebvre.*” Aqui está um resumo dos pontos principais.

A. Dos Padres com Ordenação Duvidosa

O Superior do Distrito do Sudoeste, o padre Hector L. Bolduc, utilizava há anos o padre Philip Stark SJ para celebrar a Missa nas missões da FSSPX em seu distrito. Descobrimos que o padre Stark havia sido ordenado com o novo rito de ordenação do Vaticano II.

Até então, Dom Lefebvre nos havia dito anos atrás que a validade do rito de ordenação dos padres de 1968 era duvidosa, e ele havia ordenado sob condição pelo menos dois padres *Novus Ordo* que vieram trabalhar com a FSSPX nos Estados Unidos, os padres Sullivan e Ringrose. Quando o caso de Stark surgiu, pensamos que Dom Lefebvre teria a mesma postura.(29)

Antes que isso acontecesse, publicamos em 1981 um estudo sobre o novo rito de ordenação em nossa revista, *The Roman Catholic*. O artigo, escrito pelo padre Jenkins e intitulado "Purificação do Sacerdócio na Igreja Conciliar", não mencionava diretamente o caso Stark, mas sua conclusão era clara: a validade do novo rito de ordenação era duvidosa, portanto, os sacramentos conferidos também eram, e conseqüentemente, tal padre deveria solicitar ser reordenado sob condição.

Isso não foi bem aceito pelo padre. De seu lado, o padre Stark disse claramente que se recusaria a se submeter a uma ordenação sob condição.

Dom Lefebvre havia manifestado que queria publicar um outro artigo sobre o assunto, escrito por Michael Davies – e Davies, naturalmente, sustentava que o novo rito era válido. Publicamos o artigo de Davies ao mesmo tempo em que sua crítica elaborada pelo padre Jenkins. Isso levou a um intercâmbio epistolar em *The Roman Catholic*.

O assunto se arrastou até 1982, quando Dom Lefebvre (descobrimos mais tarde) estava engajado em um de seus acessos periódicos de negociações encobertas com "Roma". Se nossas objeções acerca da validade dos novos ritos de ordenação viessem a ser conhecidas dos modernistas, isso seria um obstáculo embaraçoso para a "reconciliação".

Portanto, ao invés de considerar o problema do padre Stark como uma ameaça séria à validade dos sacramentos conferidos por sua organização, Dom Lefebvre simplesmente o tratou como um aborrecimento e um problema de política interna. Na melhor das tradições diplomáticas, ele buscou conciliar os dois lados, tergiversar, adiar e evitar controvérsias públicas.

Enquanto isso, o padre Stark viajava pelo país celebrando Missas e conferindo sacramentos que eram duvidosos, senão inválidos. Como medida temporária, decidimos informar nossos paroquianos que viajavam para o Sudoeste para não frequentar as capelas onde o padre Stark oficiava. É claro que isso não poderia continuar por muito tempo.

Um dos nossos principais objetivos era fornecer aos fiéis católicos sacramentos válidos. Mas Dom Lefebvre agora estava legitimando a entrega de sacramentos duvidosos ou inválidos sob a égide da FSSPX, organização da qual fazíamos parte. E ele agia assim essencialmente por motivos políticos.

Portanto, resolvemos confrontar Dom Lefebvre novamente sobre esse problema, mas pela última vez. A menos que ele pedisse ao padre Stark que se submetesse a uma ordenação sob condição e

instituísse isso como a regra para todos os padres em sua situação que viessem trabalhar com a Fraternidade, tudo estaria acabado para ele.

B. O Missal de João XXIII (Bugnini)

A evolução das práticas litúrgicas dentro da FSSPX um dia será um tema fascinante para uma tese de doutorado. Nos primeiros dias de Êcône, a "Missa tradicional" era uma mistura do rito de João XXIII (1962) e das modificações provisórias de Paulo VI (1964-67), combinada com coisas que "o arcebispo gostava", "o que se fazia na França", e ocasionalmente uma gota de prática anterior a 1955.

Quão decepcionados ficamos nós, americanos, quando chegamos a Êcône para encontrar uma Missa Tridentina "modernizada"! O *Salmo 42* foi suprimido nas Orações ao Pé do Altar, o sacerdote sentado de lado (como no *Novus Ordo*), a Epístola e o Evangelho lidos na Missa baixa a partir de um lecionário voltado para o povo, entre outras inovações.

Durante o mesmo período, alguns anglófonos da FSSPX, particularmente o seminarista Daniel Dolan, se interessaram pela história das mudanças litúrgicas após 1955. Elas eram, em grande medida, obra do padre Annibale Bugnini, o criador do *Novus Ordo* em 1969.

Bugnini foi relativamente claro ao declarar que a quantidade de mudanças litúrgicas que apareceram nos anos 50 eram "uma ponte para o futuro" e parte do mesmo processo que produziria a Nova Missa.

Quando, nos anos 70, os padres da FSSPX foram ordenados e retornaram aos seus países, seguiam as práticas locais. Nos países anglófonos e na Alemanha, usava-se o Missal, as Rubricas e o Breviário de antes de 1955. A França, em princípio, utilizava os livros de João XXIII.

O problema litúrgico apareceu no "Capítulo Geral" da FSSPX em 1976. Lá, foi decidido que os padres da Fraternidade continuariam a seguir a prática em uso em seu país – uma regra bastante sensata. De fato, em nossas capelas nos EUA e nosso seminário, seguíamos os livros e costumes anteriores a 1955.

No entanto, no início dos anos 80, Dom Lefebvre decidiu impor o Missal e o Breviário de João XXIII de 1962 a todos na Fraternidade. Isso, de novo, como soubemos mais tarde, estava relacionado às "negociações" do arcebispo com Ratzinger e João Paulo II. Ele lhes pedia o direito de usar o Missal de 1962 – o que mais tarde seria prescrito para a Missa do Indulto, a Fraternidade São Pedro e a Missa *Motu*, autorizada por Ratzinger (Bento XVI) em julho de 2007.

No outono de 1982, portanto, apesar das protestações do padre Sanborn, o reitor do seminário dos EUA, Dom Lefebvre impôs o uso do Missal e do Breviário de 1962 ao Seminário de São Tomás de Aquino, então localizado em Ridgefield, CT. Isso não foi bem aceito, nem pelos docentes, nem pela maioria dos seminaristas.

A introdução das modificações litúrgicas de 1962 no seminário deixou claro que o restante dos padres do Nordeste seria o próximo alvo do arcebispo para as "reformas litúrgicas".

Mesmo a cabeça de uma verdadeira ordem religiosa como os Cistercienses não tinha o poder de impor a seus membros novos costumes litúrgicos – e Dom Lefebvre não era nada mais do que um bispo aposentado dirigindo uma associação de padres sem existência canônica. Ele não tinha o direito de impor práticas litúrgicas a ninguém. Além do problema da licitude, esse era o princípio em si.

Essas reformas litúrgicas eram a obra do maçom Bugnini. Elas constituíam uma etapa de seu programa de destruição da Missa e de sua substituição pelo *Novus Ordo*. Sabendo disso, não havia como eu e meus amigos padres usarmos seu Missal.

C. Expulsões Sumárias de Padres

No início de 1983, Dom Lefebvre ameaçou expulsar o padre Zapp da Fraternidade porque ele se recusava a seguir as reformas de João XXIII.

A ameaça do arcebispo contradizia a lei canônica e a tradição da Igreja, que exigia que todo bispo que ordenasse um padre se certificasse de que ele tinha um "título canônico", ou seja, um meio de subsistência material permanente. Mesmo quando um bispo ordenava um padre sem um verdadeiro título canônico (o que fez Dom Lefebvre), a lei canônica obrigava o bispo e seus sucessores a assistirem o padre durante toda a sua vida.

Dom Lefebvre praticava regularmente a ameaça de expulsão ou mesmo a expulsão de padres da Fraternidade, e não tomava nenhuma providência para assisti-los. A partir de 1983, essa era a prática padrão do arcebispo – contrarie-o, e você estaria na rua sem apelação.

D. Usurpação de Autoridade Magisterial

Aqui o problema era que Dom Lefebvre e a FSSPX agiam como se possuísem a autoridade do magistério. Quando se tratava de assuntos como a validade da Nova Missa ou a vacância da Santa Sé, o arcebispo começou a insistir para impor aos membros que aderissem a suas posições do dia.

Isso, novamente, era feito com o objetivo de chegar a um acordo com Ratzinger e João Paulo II. Mas uma simples submissão externa não era suficiente. Era acrescentada uma obrigação de *submissão interna* à linha do partido da FSSPX. Isso estava evidente em uma carta de 8 de novembro de 1982 que o sucessor selecionado de Dom Lefebvre, Franz Schmidberger, escreveu a um jovem padre:

“Se você permanecer em nossa Sociedade, precisa gradualmente esclarecer seu ponto de vista interno e retornar à posição da Fraternidade de Padres, que nos parece a única justa, dadas as circunstâncias, como uma troca com teólogos me mostrou novamente no fim de semana passado. Pense nisso seriamente, pois com esta decisão, seu bem-estar temporal, mas muito mais, sua salvação estão em jogo de forma extrema. Continuarei a orar para que a luz divina o ilumine e o leve a uma humilde submissão.”

Retornar à posição da Fraternidade? Sua salvação eterna está em jogo? Humilde submissão? Para nós, isso era loucura.

Somente a Igreja tem o direito de exigir a submissão interna sob pena de salvação eterna – não o equivalente canônico da Liga do Sagrado Coração. Viemos para combater o modernismo, não para nos submeter a um magistério alternativo.

F. Lealdade à FSSPX Acima de Tudo

Esse ponto já foi comentado anteriormente. Na prática, Dom Lefebvre e a FSSPX começaram a igualar a lealdade a si mesmos e suas "posições" com a lealdade à Igreja. Nem nós, nem as pessoas que servíamos assinamos para isso.

Portanto, quando as pessoas dizem que o sedevacantismo foi a causa de nosso conflito com a FSSPX, respondo que o *verdadeiro* conflito não era falhar em reconhecer João Paulo II como papa – era falhar em reconhecer Dom Lefebvre como papa.

G. Aceitar Anulações Falsas

Os cinco problemas já expostos fervilhavam há algum tempo quando um sexto emergiu, o qual rapidamente fez transbordar tudo.

Descobrimos que um leigo importante de uma de nossas missões havia se casado e obtido a anulação de seu casamento pelo tribunal modernista local sob a alegação de "imaturidade psicológica", e então se casou novamente.

A anulação era falsa. Mesmo nos anos 80, era óbvio para os católicos tradicionais que os tribunais matrimoniais diocesanos pós-Vaticano II não eram nada mais do que cortiços de registro de divórcio que proferiam anulações com base em evidências claramente falsas. Portanto, aconselhamos as partes envolvidas no segundo casamento a se separarem ou a viverem como irmãos e irmãs.

No início de 1983, no entanto, soubemos que um deles havia escrito a Dom Lefebvre, que tinha cópias de sua correspondência e da resposta que nos enviou. A carta original não mencionava os motivos da anulação, e o arcebispo não se preocupou em conhecê-los. Pelo contrário, o Secretário Geral da FSSPX, o padre Patrice Laroche, escreveu em nome do arcebispo:

“Em nome de Sua Graça Arcebispo Marcel Lefebvre, agradeço por sua carta de 23 de junho, à qual ele trouxe toda a sua atenção.

“Sua Graça pensa que, apesar de tudo, devemos aderir à decisão tomada pela Igreja. Embora possamos lamentar que a Igreja declare atualmente os casamentos inválidos muito facilmente, não podemos afirmar em um caso particular, sem uma razão séria, que uma declaração de anulação não é válida. Portanto, você pode receber os sacramentos e ter uma vida de família cristã.”

O pensamento do arcebispo era perfeitamente claro: nós, padres, deveríamos agora tratar cada anulação modernista como válida até prova em contrário.

Por que ele queria estabelecer tal princípio? Suas negociações secretas com Ratzinger. Dom Lefebvre mal poderia esperar que os modernistas hereges reconhecessem a FSSPX se ele mesmo não reconhecesse seus tribunais matrimoniais.

Assim, o "Bispo de Ferro" colocou a indissolubilidade dos casamentos sacramentais na mesa como moeda de troca para seu grande projeto diplomático de "reconciliação". Para nós, isso foi o fim. Depois de delinear os grandes problemas em nossa carta de 25 de março, propusemos seis resoluções práticas para a FSSPX a fim de resolvê-los – um cenário que devemos reconhecer teria sido extremamente improvável. Alguns trechos da conclusão da carta mostrarão ao leitor, mesmo após todos esses anos, nossa determinação em permanecer firmes:

“... não haveria desculpa para repetir os erros dos católicos dos anos sessenta. No que diz respeito a eles, pode-se pelo menos entender como foram conduzidos da tradição para a nova religião por um processo gradual e a submissão servil. Garantiam-lhes que eram filhos obedientes, atentos a seus pastores, com o chefe dos pastores em si, o Papa. Era inconcebível que o Vigário de Cristo pudesse levar a Igreja a um caminho que significasse trair a Tradição e a ruína de milhões de almas. E os católicos se submetiam ao processo...”

"Para nós, mais de vinte anos depois, a história diante de nossos olhos, não pode haver desculpa para aceitar as primeiras etapas do processo de reforma. Assim como não podemos validar práticas que equivalem a rejeitar as tradições sagradas.

Temos receio tanto pelo futuro da Fraternidade quanto pelo bem das almas...

"Estamos resolvidos a continuar o trabalho para o qual fomos ordenados e para o qual recebemos a confiança dos fiéis. O que temos a intenção de fazer com toda a serenidade, mesmo que a Fraternidade nos abandonasse.

"Em Jesus e Maria..."

No dia em que assinamos a carta, a tensão na atmosfera era palpável, porque todos nós sabíamos quais poderiam ser as consequências. Para esclarecer as coisas, o padre Kelly citou o aviso de Franklin aos signatários da Declaração de Independência: "Devemos nos manter todos juntos, ou certamente seremos pendurados separadamente."